



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, sobre a notícia que a pasta está pressionando o IBAMA, a liberar uma licença ambiental para Exploração de Petróleo na Foz do Amazonas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia, informações quanto a notícia a notícia que a pasta está pressionando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a liberar uma licença ambiental, para Exploração de Petróleo na Foz do Amazonas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Quais são os critérios técnicos e científicos que fundamentam a decisão do Ministério de Minas e Energia, de pressionar o IBAMA a liberar a licença ambiental para exploração de petróleo na Foz do Amazonas, uma área de imensa biodiversidade e relevância ecológica?
- 2- Como o Ministério de Minas e Energia avalia os riscos ambientais associados à exploração de petróleo na Foz do Amazonas, considerando a fragilidade dos





ecossistemas locais e a possibilidade de danos irreversíveis à fauna e flora da região?

- 3- O Ministério está ciente do impacto potencial de um possível desastre ambiental, como vazamentos de petróleo, para a região, que inclui o ecossistema marinho, os povos tradicionais e as comunidades locais?
- 4- Quais medidas concretas foram tomadas para mitigar esses riscos antes de tomar uma decisão sobre a liberação da licença?
- 5- Por que o Ministério de Minas e Energia está pressionando pela liberação dessa licença, mesmo diante da resistência técnica e científica do IBAMA, que aponta a necessidade de mais estudos e avaliação dos impactos ambientais na Foz do Amazonas?
- 6- Existe algum estudo independente que valide as alegações de que a exploração pode ser realizada sem danos significativos ao meio ambiente?
- 7- Dada a relevância da Foz do Amazonas como um dos últimos refúgios de biodiversidade no Brasil, o Ministério de Minas e Energia não considera que os danos ambientais decorrentes da exploração de petróleo podem comprometer para sempre o futuro econômico da região, que depende da preservação de seus recursos naturais e do turismo sustentável?
- 8- Quais são os planos do Ministério para garantir que as comunidades locais, como os povos indígenas e ribeirinhos, sejam consultadas e envolvidas de forma





efetiva no processo de decisão sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas?

- 9- O Ministério de Minas e Energia está disposto a realizar um diálogo transparente com a sociedade e com as organizações ambientais, para garantir que todas as consequências dessa exploração sejam completamente compreendidas e que os impactos não sejam minimizados ou ignorados?
- 10-Como o Ministério justifica a pressa na liberação da licença, considerando que os estudos ambientais exigem tempo e que o princípio da precaução é fundamental para garantir a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente?
- 11-Em face das crescentes críticas internacionais sobre a exploração de recursos naturais em áreas de preservação, o Ministério de Minas e Energia não teme que uma decisão favorável à exploração de petróleo na Foz do Amazonas possa comprometer a imagem do Brasil no cenário global, especialmente em relação a compromissos climáticos e ambientais?
- 12-Por que o Ministério de Minas e Energia insiste em avançar com a exploração de petróleo em uma área tão sensível, quando existem alternativas mais sustentáveis para o desenvolvimento econômico, que não envolvem a destruição de ecossistemas essenciais para o equilíbrio do planeta?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro de Minas e Energia entenda como





pertinentes, sobre os impactos de uma possível exploração na Foz do Amazonas, sempre com foco na transparência, na preservação e no respeito aos processos técnicos e científicos necessários para decisões dessa magnitude.

JUSTIFICAÇÃO

A informação de que o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, está pressionando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a liberação da licença ambiental para exploração de petróleo na Foz do Amazonas é, no mínimo, alarmante.

Trata-se de uma área de extrema relevância ecológica, onde a biodiversidade é única e que ainda sofre de forma vulnerável os impactos das atividades humanas.

De acordo com notícias¹, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o IBAMA precisa conceder a licença ambiental para a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas. De acordo com o ministro, a Petrobras já atendeu a todas as solicitações feitas pelo órgão ambiental, enviando, em dezembro, as informações complementares exigidas. Silveira cobrou urgência na análise e criticou a influência de ideologias no debate sobre o licenciamento ambiental.

Apesar disso, o processo carrega um histórico de recomendações contrárias por parte de técnicos do próprio órgão. Em outubro, 26 técnicos do Ibama recomendaram o arquivamento do projeto, justificando que não foram apresentadas alternativas viáveis para mitigar os riscos à biodiversidade no caso de um possível vazamento de óleo. Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama, garantiu que a análise do caso segue estritamente técnica. Mesmo diante desse parecer, Agostinho decidiu dar continuidade ao processo, destacando que os avanços apresentados pela Petrobras justificavam novas análises e a possibilidade de apresentação de esclarecimentos adicionais.

¹ <https://www.folhadestra.com/ministro-pressiona-ibama-por-licenca-para-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>





Salienta-se, que a Foz do Amazonas é um dos ecossistemas mais ricos e frágeis do planeta, com um conjunto de ecossistemas marinhos e terrestres interdependentes que abrigam espécies de fauna e flora endêmicas e em risco de extinção. A pressão para liberar a exploração de petróleo nessa região levanta sérias questões sobre a segurança ambiental e o respeito aos processos de avaliação e preservação. A atuação do IBAMA, que historicamente tem sido uma linha de defesa do meio ambiente no Brasil, não pode ser subjugada por pressões políticas e econômicas que podem comprometer a saúde de nosso patrimônio natural.

É fundamental que a licença ambiental, antes de ser concedida, passe por uma análise rigorosa e imparcial, levando em consideração não apenas os interesses econômicos imediatos, mas, sobretudo, os impactos de longo prazo para o meio ambiente, as populações locais e as futuras gerações.

A exploração de petróleo, especialmente em áreas tão sensíveis, traz consigo o risco de desastres ambientais irreversíveis, como já visto em outras regiões do mundo. Desconsiderar esse risco pode significar um passo para o colapso de um dos ecossistemas mais importantes do planeta.

Diante dessa situação, a sociedade brasileira tem o direito de exigir que as decisões sobre a exploração dos nossos recursos naturais sigam critérios técnicos e científicos, e que priorizem a proteção ambiental. O futuro do país, das gerações vindouras e da própria biodiversidade está em jogo.

Pelo exposto, a pressão sobre o IBAMA deve ser revista, pois não podemos permitir que interesses econômicos imediatos prevaleçam sobre a responsabilidade com o meio ambiente e com a vida.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

